

A SEMANA – 198*

15 de março de 1896

A notícia, boato ou o que quer que seja de uma comissão mista no território contestado produziu no Pará e no Amazonas grande comoção. O senado e a câmara paraenses resolveram unanimemente protestar contra o ato atribuído ao governo federal e comunicaram isto mesmo por telegrama ao presidente da República.¹ O senado deliberou mais suspender as suas sessões até que o presidente lhe respondesse. Pela publicação oficial de anteontem, sexta-feira, já se sabe quais foram os telegramas trocados, e basta a natureza do fato, que é político, e até de política internacional, para se compreender que não entra no círculo das minhas cogitações. Leis internacionais, constituições federais ou estaduais não são comigo. Eu sou, quando muito, homem de regimento interno.

Ora, é o regimento interno do senado paraense que eu quisera ter aqui, não para verificar se há lá a faculdade de suspender as sessões; ela é de todos os regimentos internos. Mas a hipótese de telegrafar ao presidente da República e suspender as sessões até que ele responda é que absolutamente ignoro se está ou não. Pode ser que esteja, e nesse caso cumpriu-se o regimento interno: *dura lex, sed lex*.² Não examino a questão de saber se deve estar, nem se tal ação pode caber em matéria cuja solução última a Constituição fiou do Congresso Federal. Também não quero indagar se a suspensão das

* Esta edição foi preparada a partir da consulta às seguintes fontes: GN (ano XXII, n. 75, p. 1, 15 mar. 1896) e SEM1953 (v. 3, p. 129-134). Texto-base: GN. Editor: Gilson Santos. Revisor: José Américo Miranda.

¹ Na *Gazeta de Notícias* do dia 8 de março de 1896 (ano XXII, n. 68, p. 1), lê-se, num telegrama do Pará: “A indignação é geral por causa da nomeação da comissão mista encarregada do policiamento do território contestado. [...] / O senado votou unanimemente uma moção contra a nomeação da comissão mista. Esta moção foi telegrafada ao presidente da República, suspendendo em seguida os trabalhos para esperar a resposta de S. Ex.” John Gledson, na nota 8 à crônica de 28 julho de 1895, “A Semana – 165”, diz: “Desde o império, havia uma área extensa entre Amapá e a colônia francesa de Caiena, entre os rios Oiapoque e Araguari, que era disputada; chamava-se o Contestado Franco-Brasileiro, e os dois países a disputavam entre si. Em 1894, descobriu-se ouro na região, e os ânimos se acirraram. Os franceses atacaram a sede brasileira em Espírito Santo do Amapá em 15 de maio de 1895, matando muita gente, mas foram rechaçados pelas forças comandadas por Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho, que depois virou herói nacional. Trajano, que era escravo fugido do Pará, ficou sendo delegado francês na área. Foi preso e levado para Belém. O caso foi submetido à arbitragem do presidente suíço, e resolvido a favor do Brasil em 1900. Foi um dos sucessos diplomáticos do Barão de Rio Branco.” (*Machadiana Eletrônica*, v. 4, n. 8, p. 182, 2021)

² “A lei é dura, mas é a lei.” [Trad. nossa] Dito do Direito Romano.

sessões do senado, até que o presidente da República responda, constringe o chefe da União, que não quererá com seu silêncio,³ interromper a obra legislativa do Estado. É um círculo de Popílio, e tais círculos andam na história do mundo.⁴ O presidente há de responder antes de almoçar, salvo se conspira contra o Estado donde lhe vem a pergunta, pedido ou moção; mas, se conspira, melhor é declará-lo, em vez de refugiar-se num silêncio prenhe de tempestades. Quando menos, é de mau gosto. Note-se que aqui nem se trata dos interesses de um Estado, nem de toda a República; não há fronteiras amazonenses, mas brasileiras.⁵

Enfim, não tenho que ver se esse ato do senado paraense poderá vir a ser imitado, mais tarde ou mais cedo, em qualquer outra região, e a propósito de questões menos transcendentais, ainda que menos reservadas. A imitação é humana, é civil e política. Considerando bem, um ato destes pode até ser benéfico;⁶ substitui os riscos de uma revolução. Por isso, ainda não estando no regimento interno, caso haverá em que o melhor recurso seja meter uma pergunta aos peitos da União e suspender os trabalhos. Donde se conclui que o motivo que me levou a tocar no assunto desaparece; melhor seria não ter dito nada.

Assim é o resto das coisas nesta vida de papel impresso. Não é raro o artigo que conclui pelo contrário do que começou. Aos inábeis parece que falta ao escritor lógica ou convicção, quando o que unicamente não há é tempo de fazer outro artigo. No meio ou no fim, percebe ele que começou por um dado errado, mas o tempo exige o trabalho, o editor também, e não há senão concluir que dois e dois são cinco. Vou expor melhor a minha ideia com um recente ofício da polícia das Alagoas.

Quando eu comecei a escrever na imprensa diária achei cada ideia expressa com uma palavra – às vezes com duas, e não afirmo que não chegasse a sê-lo com três. Uma ideia havia, porém, que tinha não menos de cinco palavras a seu serviço: era *chefia*. E digo mal: não era propriamente a ideia no sentido geral que lhe cabe, não, a chefia de batalhão, de partido, de família, etc. Era unicamente a chefia de polícia. Em polícia, além de chefia, tínhamos *chefado*. Onde não bastava *chefado*, havia *chefança*. Se a *chefança* não correspondia bem, vinha a *chefação*. Para suprir a *chefação*, acudia a

³ silêncio,] silêncio – em SEM1953.

⁴ O episódio do círculo de Popílio é um *topos* da história romana. A fonte é Tito Lívio (*História de Roma*, XLV 12, 5). Em 168 a.C., Caio Popílio Lenas – cônsul em 172 e 158 a.C. – foi enviado como embaixador a Antíoco IV (215-162 a.C.), rei do Império Selêucida, para exigir que não levasse adiante uma guerra contra o Egito. Encontrou Antíoco marchando em direção a Alexandria e entregou-lhe uma carta do senado romano. Após a leitura do documento, Antíoco se comprometeu a considerar o pedido. Popílio, então, desenhou com um bastão um círculo ao redor de Antíoco e disse-lhe que não atravessasse o círculo sem lhe dar uma resposta – uma decisão –, para levar ao senado. Após alguma hesitação, Antíoco concordou em atender à demanda do senado e Popílio estendeu sua mão ao rei, como a um amigo e aliado.

⁵ brasileiras.] brasileiras, – em GN.

⁶ benéfico;] benefício; – em SEM1953.

chefatura. Creio que aí estão todas as desinências possíveis, salvo *chefamento* e alguma outra, que não eram usadas.⁷

Trabalhei muito por achar a explicação de tal variedade. Não eram alterações populares; nasciam da imprensa culta e política. Não eram obra de uma ou outra zona; às vezes, a mesma cidade, oficial e particularmente, empregava dois e três termos, se não todos. Cheguei a imaginar que seria uma questão de partidos; a falta de ideias dá eleição às palavras. Mas não era; todos os partidos usavam das mesmas formas numerosas. Gosto pessoal? Simpatia? Podia ser, mas não se usando igual processo em relação a outros vocábulos, não chegava a entender por que razão a simpatia ficava só nesta ideia tão particular. Cumpre lembrar que *chefia* era a forma menos empregada. Seria por que a desinência, afinada e doce, diminuía o valor e a fortaleza da instituição, mais adaptada a *chefado*, a *chefança*, a *chefação*, a *chefatura*? A língua tem segredos inesperados.

Venhamos ao ofício das Alagoas. É datado da *chefatura* de polícia de Maceió, alude ao atropelo de cidadãos pacíficos por praças policiais e continua: “e como não sejam estas as ordens desta *chefia*...”⁸ A primeira impressão que tive foi que, no meio de um conflito linguístico, tivessem sido adotadas por lei as duas formas, e assim usadas no mesmo ato; era um modo de obter a conciliação que as vontades recusavam. Atentando melhor, pareceu-me que o espírito culto do chefe de polícia achara assim uma maneira de conservar a forma correta da língua e a enfática da instituição. Mas⁹ tal explicação não me ficou por muito tempo. Em breve, achei que a razão do emprego das duas formas está naturalmente em que *chefatura* anda impressa no cabeçalho do papel de ofícios, e que a autoridade, mais correta que o fornecedor dos objetos de expediente, usa a *chefia* que aprendeu. Nas Alagoas pode haver, como aqui no Rio de Janeiro, a *ortografia da casa*. Outra imprensa comporá *chefança*, outra *chefação*, outra¹⁰ *chefado*. Talvez o melhor seja conservar *chefatura*, uma vez que custa mais barato. Nos tempos difíceis mais vale a economia que a ortografia.

A conclusão que aí fica mostra que este próprio caso das Alagoas não serve para fundamentar a tese dos artigos que acabam diversamente do que começam. E agora o que me falta não é tempo, nem papel, mas espaço. Não careço de ânimo, nem o dia

⁷ As palavras “*chefia*”, “*chefado*”, “*chefança*” e “*chefatura*” estão registradas no *Vocabulário ortográfico da língua portuguesa*; mas “*chefação*” e “*chefamento*”, não.

⁸ O *Jornal do Commercio* de 11 de março de 1896 (ano 75, n. 71, p. 2, col. 1) publicou extratos das folhas recebidas de Alagoas. Um deles – da *chefatura* de polícia de Maceió, de 5 de fevereiro de 1896 – diz que “diversos cidadãos da nossa sociedade, funcionários públicos, negociantes, militares, etc., etc. têm sido corridos por praças que patrulham esta Capital durante a noite, e como não sejam estas as ordens emanadas desta *Chafia*, rogo-vos digneis providenciar para que cesse um tal estado de coisas”.

⁹ Mas] Mal – em SEM1953 (erro tipográfico).

¹⁰ outra] outro – em GN. Acatamos a correção de Aurélio.

acabou mais cedo; mas vá um homem, naufragado em dois exemplos, catar um terceiro. Não catemos nada.



Lista das abreviaturas empregadas nesta edição

GN – *Gazeta de Notícias*.

SEM1953 – *A Semana*, edição W. M. Jackson, 1953, 3v.

Referências

ASSIS, Machado de. *A Semana*. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XXII, n. 75, p. 1, 15 mar. 1896. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730_03&pagfis=13811>.

ASSIS, Machado de. *A Semana*. Revisão crítica e notas de Aurélio Buarque Ferreira de Holanda. Rio de Janeiro: Jackson, 1953. v. 3 (1895-1900).

ASSIS, Machado de. *A Semana*. Introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996.

ASSIS, Machado de. *Obra completa em quatro volumes*. (Org.) Aloizio Leite, Ana Lima Cecilio, Heloísa Jahn. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar. 2008. 4v.

ASSIS, Machado de. *A Semana*. *Machadiana Eletrônica*, Vitória, v. 1, n. 2, jul.-dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/machadiana/issue/view/867>>.

ASSIS, Machado de. *A Semana*. *Machadiana Eletrônica*, Vitória, v. 4, n. 8, jul.-dez. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/machadiana/issue/view/993>>.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LIVIO, Tito. *História de Roma desde su fundación*. Libros XXXI a XLV. Tradução de José Antonio Villar Vidal. Madrid: Gredos, 1994.

VOCABULÁRIO ortográfico da língua portuguesa. 5. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>>.